



## Subjetividades, gênero, agência e empoderamento nas teorias feministas

Subjectivities, gender, agency and empowerment in feminist theories

Raquel Tebaldi\*

**Resumo:** A definição do sujeito para as teorias feministas sempre foi um grande ponto de discussão. Afinal, quem seria o sujeito de uma política feminista? O presente artigo apresenta uma revisão das literaturas feministas norte-americana e europeia a partir da década de 1980, problematizando-as em torno dos conceitos de subjetividade(s), agência, gênero e empoderamento – fundamentais para a construção de agendas políticas feministas.

**Palavras-chave:** Subjetividades. Gênero. Agência. Empoderamento. Teorias feministas.

**Abstract:** Subjectivity is a key concept for feminist theories and has always been a major point of debate. After all, who would be the subject of feminist politics/policies? This article presents a review of American and European feminist literatures from the 1980's decade onwards, problematizing them around the concepts of subjectivity(ies), agency, gender and empowerment - essential for the construction of feminist political agendas.

**Keywords:** Subjectivities. Gender. Agency. Empowerment. Feminist theories.

A definição do sujeito para o feminismo sempre foi um grande ponto de discussão. Afinal, quem seria o sujeito de uma política feminista? O conceito de gênero passou a ser amplamente desenvolvido dentro do feminismo acadêmico a partir das décadas de 1970 e 1980, como forma de se distanciar de definições essencialistas e deterministas baseadas na biologia, como “sexo” e “diferença sexual”, e se aproximar de uma compreensão que enfatizasse o caráter fundamentalmente social e cultural das desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, a divisão entre sexo e gênero foi bastante criticada por feministas pós-estruturalistas, que buscaram combater o heterossexismo que entendiam estar implícito na manutenção de uma estrutura binária do entendimento de “sexo”. Já outras teóricas feministas, em contraponto ao entendimento

\* Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

puramente discursivo de diferença sexual, retomam a valorização da materialidade do corpo como locus da experiência vivida, entendida como inseparável das “identidades visíveis” como gênero e raça.

Teresa de Lauretis reconhece que, para as feministas das décadas de 1960 e 1970, a compreensão de gênero como diferença sexual era essencial para a crítica de representações culturais, dando sustentação para intervenções feministas em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, a autora explica que esse conceito de gênero indiferenciado de sexo ou diferença sexual se tornou uma limitação para o feminismo, em primeiro lugar porque restringia o pensamento crítico feminista dentro de uma lógica de oposição binária e universal entre os sexos, o que dificultou a articulação de diferenças entre mulheres (e mesmo diferenças interiores individuais), e porque conteve o potencial radical de transformação do pensamento feminista dentro das limitações que buscava combater. Assim, Lauretis defendeu a busca por um conceito de gênero que não fosse tão dependente do sexo biológico, mas que também não fosse presumido como puro efeito da linguagem ou completamente desligado do plano material<sup>1</sup>.

Lauretis partiu da teoria da sexualidade como “tecnologias do sexo” de Michel Foucault e foi além ao propor que gênero também, “sendo tanto representação e autorrepresentação, é o produto de várias tecnologias sociais, como cinema e discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas, bem como práticas cotidianas.”<sup>2</sup> A autora, portanto, não localiza gênero como uma propriedade de corpos ou essência presente em seres humanos, mas sim como uma produção de efeitos nesses corpos que se originam de fora. Propõe, assim, que gênero é uma representação, e essa representação é uma construção que se observa através da história da cultura mundial, especialmente na arte ocidental, mas que continua tão intensamente nos tempos contemporâneos como antigamente “através das várias tecnologias de gênero (por exemplo, o cinema) e discursos institucionais (por exemplo, teoria) com poder de controlar o campo de significado social e, assim, produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero.”<sup>3</sup>

Essa construção é efetivada por qualquer tipo de discurso, mesmo aqueles que buscam desconstruir o sujeito do feminismo, e, se a desconstrução do conceito de gênero também inevitavelmente acarreta sua reconstrução, a autora questiona: a quais interesses servem essa reconstrução? Lauretis argumenta que a teoria feminista precisa continuar sua crítica de discursos dominantes, mesmo daqueles discursos que buscam desconstruir gênero em uma tentativa de fazer as diferenças sexuais desaparecerem, e esse imperativo é ainda mais importante pelo surgimento do discurso “pós-feminista”.

<sup>1</sup> LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender – essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

<sup>2</sup> LAURETIS, 1987, p. 2.

<sup>3</sup> LAURETIS, 1987, p. 18.

Nessa concepção, gênero é a representação de uma relação, que atribui a sujeitos o pertencimento a uma classe, a um grupo ou a uma categoria, *vis-à-vis* outros sujeitos pertencentes a outras classes. Para a autora, portanto, gênero “representa um indivíduo para uma classe.”<sup>4</sup> Ou seja, constitui-se numa relação social, não representando apenas um indivíduo. O sistema que se forma a partir dessas relações é tanto uma construção sociocultural como semiótica, “um sistema de representação que designa significados (identidade, valor, prestígio, relações de parentesco, status na hierarquia social, etc.) a indivíduos dentro da sociedade.”<sup>5</sup> Entretanto, a agência é possível dentro desse sistema, e Lauretis localiza sua origem justamente no fato de que tanto a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva, como vice-versa. Ou seja, a autorrepresentação de gênero, ou a construção subjetiva de gênero, afeta sua representação social e, portanto, pelo menos no nível subjetivo e individual, existe agência em práticas cotidianas e micropolíticas:

Mas os termos de uma construção diferente de gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual e inscrito nas práticas micropolíticas, esses termos podem também ter um papel na construção do gênero; e seus efeitos se localizam no nível local de resistências, na subjetividade e autorrepresentação<sup>6</sup>.

Linda Alcoff, por sua vez, também se preocupa com a adoção de um entendimento puramente nominalista de subjetividade, pois, de acordo com a autora, compreender gênero como somente uma construção social, põe em cheque a possibilidade de uma política feminista, ou seja, pode levar a um feminismo sem mulheres, ou tornar questões de gênero invisíveis novamente: “O que podemos exigir em nome de mulheres se ‘mulheres’ não existem e demandas em seu nome simplesmente reforçam esse mito?”<sup>7</sup> Para a autora, o feminismo precisa transcender esse dilema entre concepções essencialistas e nominalistas construindo uma teoria alternativa do sujeito, pegando de empréstimo do pós-estruturalismo a ideia do sujeito “mulher” teorizado como experiência de subjetividade, ao contrário de uma simples descrição de atributos, sem, entretanto, negar sua existência.

Alcoff segue a teoria de subjetividade de Lauretis, que parte da concepção de experiência para entendê-la, evitando uma noção baseada em atributos descritivos biológicos ou psicológicos, ou seja, essencialistas, bem como evitando a rejeição completa de uma análise materialista, pois Lauretis baseia sua concepção em práticas reais. Esses atos são, então, entendidos como fundamentais para a construção de sentidos que, portanto, não depende total e exclusivamente da linguagem ou textualidade, como muitas análises antiessencialistas propõem. Assim, ao mesmo

<sup>4</sup> LAURETIS, 1987, p. 5.

<sup>5</sup> LAURETIS, 1987, p. 5.

<sup>6</sup> LAURETIS, 1987, p. 18.

<sup>7</sup> ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post-Structuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. In: *Signs*, vol. 13, no. 3, pp. 405-436, Sping, 1988, p. 420.

tempo em que o sujeito se situa em configurações discursivas particulares, sua agência se encontra no processo estratégico de tomada de consciência, ou seja, de interpretação política. Assim, a “subjetividade está sempre imbuída em raça, classe e gênero sem estar sujeita a uma superdeterminação que apaga a possibilidade de agência.”<sup>8</sup> Alcoff destaca que é preciso não só praticar a autoanálise de forma a reformular a subjetividade, mas também uma política de identidade. Para a autora, reconhecer a própria identidade é fundamental, pois embora identidade seja sempre uma construção, é um ponto de partida necessário politicamente, porque é o que motiva a ação.

A concepção de sujeito como posicionalidade é então proposta pela autora, ou seja, a situação externa de uma pessoa determina sua posição. Assim, a identidade de um indivíduo é relativa a um contexto em constante mutação, cujos elementos constitutivos envolvem condições econômicas e as mais diversas instituições (culturais, políticas, ideológicas). “Mulher”, portanto, é entendida como uma posição em um contexto histórico, em que há certa determinação, mas também fluidez e mutabilidade, pois mulheres podem se articular em torno de interesses comuns que fundamentam uma política feminista. Para Alcoff, essa concepção poderia resolver o dilema entre determinismo e nominalismo:

Se combinarmos o conceito de política de identidade com uma concepção do sujeito como posicionalidade, podemos conceber o sujeito como não-essencializado e emergente de uma experiência histórica, ainda mantendo a nossa capacidade política para tomar o gênero como um importante ponto de partida. Assim, podemos dizer tanto que o gênero não é natural, biológico, universal, a-histórico, ou essencial como também afirmar que o gênero é relevante porque estamos tomando o gênero como uma posição a partir da qual podemos agir politicamente<sup>9</sup>.

Joan Scott também propõe um conceito relacional de gênero, baseado em duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”<sup>10</sup> Ademais, a autora explica que essas relações se manifestam em quatro esferas inter-relacionadas: simbólica, normativa, institucional e de identidade. A possibilidade de agência, para a autora, é sempre restrita e possibilitada dentro dos limites da linguagem e depende da adoção de uma concepção de poder pós-estruturalista:

Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado com algo parecido com o conceito de Foucault de poder como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em ‘campos de força’ sociais. Dentro desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana como a tentativa (pelo menos parcialmente

<sup>8</sup> ALCOFF, 1988, p. 425.

<sup>9</sup> ALCOFF, 1988, p. 433.

<sup>10</sup> SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, pp. 1053-1075, dez. 1986, p. 1067.



racional) para a construção de uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade com certos limites e com uma linguagem – linguagem conceitual que ao mesmo tempo define limites e contém a possibilidade de negação, resistência, reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e da imaginação<sup>11</sup>.

Forte contraponto à concepção de diferença sexual e à dependência do uso do conceito de “gênero” no feminismo se encontra no livro “Gender Trouble”, de Judith Butler. Originalmente publicado em 1990, é marco na discussão sobre subjetividade e agência dentro do feminismo, e também considerado um dos textos fundadores da teoria *queer*. Nessa obra, a autora questiona a necessidade de o feminismo ter um sujeito, e propõe que, de fato, a identidade do sujeito do feminismo não deve ser a fundação para uma política feminista se a formação desse sujeito se dá dentro de um campo de poder baseado na distinção binária de diferença sexual: “paradoxalmente, ‘representação’ só terá sentido para o feminismo quando o sujeito ‘mulher’ não estiver presumido em nenhum lugar.”<sup>12</sup> No prefácio de edição posterior do mesmo livro, a autora esclarece que sua intenção tinha sido não aplicar o pós-estruturalismo ao feminismo, mas sim reformular essas teorias a partir do feminismo que, de acordo com a autora, estaria privilegiando certas expressões de gênero em detrimento de outras, produzindo novas formas de exclusão. Assim, o objetivo de Butler teria sido o de “abrir o campo de possibilidades para gênero sem ditar que tipos de possibilidades deveriam ser realizadas.”<sup>13</sup>

Se o feminismo busca representação para um sujeito cuja identidade é normalmente subsumida na terminologia de “mulher”, Butler argumenta, essa representação será estendida somente a quem pode se enquadrar dentro dessa categoria de sujeito, mas não existe um grande consenso sobre como defini-la. Na verdade, a autora destaca, essa definição se dá na própria sujeição às estruturas de poder jurídicas, que formam e reproduzem seus próprios sujeitos de acordo com suas necessidades, legitimando certas expressões de identidade e excluindo outras. Assim, sendo o sujeito do feminismo entendido como um produto discursivo das próprias estruturas de poder das quais o feminismo busca emancipação, essa busca será necessariamente mal sucedida.

Butler sustenta que a presumida universalidade do sujeito do feminismo gerou muitas divisões dentro dos movimentos feministas, pelas próprias consequências regulatórias de tal construção, evidenciando os limites de uma política baseada em identidade. Portanto, Butler propõe que a distinção entre sexo como categoria biológica, natural, pré-discursiva, e gênero como categoria cultural é falsa, já que gênero é o instrumento discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexual” é produzida e caracterizada como fato politicamente neutro.

<sup>11</sup> SCOTT, 1986, p. 1067.

<sup>12</sup> BUTLER, Judith. *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999, p. 9.

<sup>13</sup> BUTLER, 1999, p. 8.



Consequentemente, “uma das maneiras pela qual a estabilidade interna do sistema binário sexual é assegurada efetivamente é através da manutenção da dualidade de sexo em um domínio pré-discursivo.”<sup>14</sup>

A autora então defende que o gênero atinge seu efeito substantivo quando é produzido performativamente, em obediência a expectativas quanto a práticas regulatórias que buscam certa coerência. Butler buscou, portanto, expor que o gênero é performativo, ou seja, não uma essência interna, mas sim um processo de construção através de uma série de atos contínuos, algo que é antecipado e produzido através de atos corporais estilizados. Embora não seja possível se posicionar fora do sistema de poder, atuar dentro desse não significa atuar de uma só maneira, replicando relações de poder sem criticá-las. Assim, a autora propõe que existe a possibilidade de agência, e essa se encontra na possibilidade de “repetição de uma lei que não é sua consolidação, mas seu deslocamento.”<sup>15</sup>

Algumas estratégias de iteratividade de performances de gênero subversivas são apontadas, como hipérbole, paródia, dissonância e confusão interna, sendo a agência, portanto, localizada na ação e não no sujeito e, mais especificamente, na possibilidade de variação da repetição. A autora critica, portanto, as teorias feministas que buscam localizar agência recorrendo a um sujeito pré-discursivo (como se ser constituído pelo discurso fosse o mesmo que ser determinado por ele, sem possibilidade de agência), que exerce sua agência através de uma reflexão crítica, mesmo sendo construído culturalmente. Ou seja, teorias que se encontram presas dentro de um dilema desnecessário entre determinismo e possibilidade de agência. Assim, a autora propõe uma:

[...] mudança de uma base *epistemológica* da identidade para uma que localiza a problemática dentro das práticas de *significação* [...] Além disso, a questão da agência é reformulada como uma questão de como significação e resignificação funcionam [...] Na verdade, compreender a identidade como uma prática, e como uma prática significante, é entender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso regido por regras que se inserem nos atos mundanos e significantes da vida linguística. Abstratamente considerada, a linguagem refere-se a um sistema aberto de sinais pelos quais a inteligibilidade é insistentemente criada e contestada<sup>16</sup>.

A autora conclui, portanto, que “a desconstrução da identidade não significa a desconstrução da política; ao invés disso, essa desconstrução estabelece como político os próprios termos através dos quais a identidade é articulada.”<sup>17</sup> Nesse sentido, Butler identifica-se com o diverso campo do pós-modernismo (embora critique o termo em si), para o qual um dos objetivos é pôr em questão as maneiras pelas quais as narrativas universalizantes, ou

<sup>14</sup> BUTLER, 1999, p. 11.

<sup>15</sup> BUTLER, 1999, p. 40.

<sup>16</sup> BUTLER, 1999, p. 184.

<sup>17</sup> BUTLER, 1999, p. 189.

paradigmas, buscam simplificar o mundo, apagando ou subordinando o que não se enquadra na sua explicação. Assim, a autora admira o propósito do pós-estruturalismo que serve para criticar o aparato conceitual que suporta as estruturas de poder ao mesmo tempo em que negocia os termos de seu funcionamento, permitindo agência individual<sup>18</sup>.

Nancy Fraser entende a teoria de Butler como parte de uma “virada linguística” dentro da teoria feminista, que foi marcada pela problematização da linguagem, da significação e do discurso, e se relaciona com o pós-modernismo. Entretanto, uma das tarefas mais importantes para o feminismo, segundo a autora, é fazer a ligação entre análises discursivas de significações de gênero e análises estruturais que compreendam instituições políticas e econômicas. A teoria de Butler não é suficiente para realizar essa conexão, pois sua abordagem é “boa para teorizar o nível micro, o intrasubjetivo, e a historicidade das relações de gênero. Não é útil, em contraste, para o nível macro, o intersubjetivo e o normativo.”<sup>19</sup>

De acordo com a crítica de Fraser, a teoria de Butler privilegia o local e o específico, não podendo teorizar, por exemplo, a construção de hegemonias. Fraser ainda defende que Butler superestimou o potencial de emancipação advindo de performances subversivas, que estão sujeitas à comodificação e despolitização – especialmente se descontextualizadas na falta de movimentos sociais que as suportem. Para Fraser, essa crítica pode ser estendida para outras feministas que, ao privilegiar o estudo crítico da linguagem e da subjetividade, deixaram de lado análises institucionais e econômicas<sup>20</sup>.

Toril Moi, por sua vez, também critica o dualismo entre sexo como categoria biológica e gênero como socialmente ou culturalmente construído, por entender que não é uma divisão útil para se produzir uma teoria da subjetividade. Para a autora, sexo e gênero representam duas maneiras de se pensar sobre diferença sexual, não sendo, entretanto, conceitos abrangentes o suficiente para abarcar questões de classe ou etnia, por exemplo, que são também fundamentais para se entender a experiência da identidade individual. Entretanto, Moi também é crítica de análises pós-estruturalistas como a de Butler. Em primeiro lugar, a autora critica a noção prevalente nessas análises de que ao se referir a sexo, necessariamente refere-se a uma noção essencialista, a-histórica ou pré-discursiva. Moi defende que o determinismo biológico surge somente no momento em que se acredita que de diferenças biológicas possam se presumir determinadas normas sociopolíticas, e que esse deve ser o único tipo de essencialismo que deve ser rejeitado pelo feminismo. Ademais, a autora rejeita a ideia de Butler de que a estrutura binária

<sup>18</sup> BUTLER, Judith. *Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'*. In: BENHABIB, Seyla et al. *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*, pp. 35-58. New York: Routledge, 1995.

<sup>19</sup> FRASER, Nancy. *From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age*. In: *New Left Review*, vol. 212, pp. 68-93, jul.-ago. 1995, p. 164.

<sup>20</sup> FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism – From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres: Verso, 2013.

sexual pressupõe heterossexismo, como se da biologia surgisse automaticamente normas sociais, explicando que o sofrimento de pessoas que não se enquadram no sistema heterossexista advém de normas sociais e não da premissa biológica de que existem somente dois sexos, e acrescenta:

O mesmo se aplica à crença de que se conseguirmos transformar o sexo em uma categoria mais 'múltipla' ou 'diversa' do que tem sido até agora, então as normas sociais serão relaxadas. Isso não é nada mais que um determinismo biológico com um rosto liberal [...] E quais são os motivos para acreditar que um sistema de três, cinco ou dez gêneros (independentemente do número de sexos que decidem que existem) será mais libertador do que um sistema com dois?<sup>21</sup>

A crítica de Moi à Butler segue também quanto a sua proposta de ação política: se todo conceito gera limites e necessariamente exclui, que tipo de ação política pode ser proposta? Na verdade, Moi argumenta que a estratégia política proposta por Butler, especialmente de "dissonância de gênero" (gender dissonance), depende do contraste entre sexo e gênero. Moi defende que uma refutação séria do determinismo biológico implica admitir que o número de sexos não tenha consequências político-ideológico necessárias, o que não significa dizer que a estrutura material dos corpos não tem impacto na experiência de vida das pessoas.

Enquanto Butler utiliza o conceito de performance de gênero para reforçar a ideia de que identidade e subjetividade não precedem normas sociais, Moi retorna à obra de Simone de Beauvoir, "O Segundo Sexo", para sustentar sua rejeição a tal dicotomia entre subjetividade pré-discursiva e discursiva. Moi argumenta que a obra de Beauvoir foi mal interpretada através da ótica da divisão entre sexo e gênero e, na verdade, "fornece exatamente o tipo de compreensão social, não-essencialista, concreta e histórica do corpo que tantas feministas contemporâneas estão procurando."<sup>22</sup> Essa crítica à leitura de Butler quanto ao trabalho de Beauvoir também é compartilhada por Sara Heinämaa, que argumenta que "O Segundo Sexo" não é uma tese quanto à relação (ou divisão) entre sexo e gênero, mas sim um estudo fenomenológico sobre diferença sexual, em que a noção de sujeito se aproxima da noção de corpo-sujeito (body-subject) de Maurice Merleau-Ponty, em que a corporalidade do sujeito e sua interação com o mundo é sempre ambígua e a subjetividade depende de ações que, por sua vez, em sua pluralidade, constituem diversos sentidos do ser "mulher"<sup>23</sup>.

Moi propõe então retomar a ideia de Beauvoir de que o corpo é uma situação, como alternativa às teorias de subjetividade atuais do feminismo e dos estudos de gênero. Agência e subjetividade dependem, portanto, dessa "situação":

<sup>21</sup> MOI, Toril. *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 38.

<sup>22</sup> MOI, 1999, p. 5.

<sup>23</sup> HEINÄMAA, Sara. *What is a Woman? Butler and Beauvoir on the Foundations of the Sexual Difference*. In: *Hypatia*, vol. 12, no. 1, pp. 20-39, Winter, 1997.



Beauvoir acredita que o fato de ter nascido com um corpo feminino inicia um processo que irá ter consequências específicas, ainda que imprevisíveis. Cada mulher vai fazer algo com o que o mundo faz dela: esta frase captura ao mesmo tempo uma sensação de limitações e uma sensação de liberdade. Para Beauvoir a relação entre o corpo de uma pessoa e sua subjetividade não é necessária, nem arbitrária, mas contingente. Se quisermos entender o que uma mulher é, generalizações sobre diferença sexual nunca serão suficientes, se esta é entendida em termos de sexo, gênero ou ambos. Ao invés disso, Beauvoir nos convida a estudar as variedades da experiência vivida das mulheres. Um aspecto dessa experiência vivida será a maneira com que uma mulher individual encontra, internaliza, ou rejeita as normas de gênero dominantes. Mas este encontro é sempre modulado pela situação da mulher, ou seja, por sua história pessoal e idiossincrática, pois isso está interligado com outras situações históricas, como sua idade, raça, classe e nacionalidade, e os conflitos políticos particulares em que ela pode estar envolvida<sup>24</sup>.

Assim, houve uma retomada da fenomenologia em estudos feministas, principalmente a partir da década de 1990, de forma a contrapor o entendimento extremamente nominalista da subjetividade e de forma a dar maior atenção e reconhecer a importância da corporalidade nas experiências de vida individuais. Iris Young, que já realizava estudos desse tipo desde a década de 1970, entende, portanto, que estudos fenomenológicos contribuem no sentido de descrever a subjetividade e a experiência de mulheres sem esquecer-se da materialidade e importância do corpo, embora discorde de Moi quando essa propõe o descarte do conceito de gênero e substituição desse pelo conceito de “corpo vivido” (lived body), pois, para Young, gênero ainda é um conceito muito necessário para se teorizar estruturas sociais:

Enquanto ela está correta em afirmar que gênero é um conceito problemático para teorizar a subjetividade, existem ou devem existir outros aspectos das teorias feministas e *queer* que não pode ficar sem um conceito de gênero. Ao refletir sobre o relato de Moi das teorias feministas e *queer* recentes, descobrimos que esses aspectos, que dizem respeito à estrutura social mais do que à subjetividade e à identidade, têm sido relativamente negligenciados. A opressão das mulheres e das pessoas que transgridem as normas heterossexuais ocorre através de processos sistêmicos e estruturas sociais que precisam de descrição através de conceitos diferentes daqueles apropriados para descrever sujeitos e suas experiências. A proposta de Moi para reconstituir o conceito do corpo vivido ajuda para o último, mas para a outra precisamos de um conceito reconstituído de gênero<sup>25</sup>.

Linda Alcoff também reconhece a importância de estudos fenomenológicos para estudar a manifestação de identidades sociais em indivíduos, o que ela chama de “identidades visíveis”, em que enquadra principalmente gênero e raça, fundamentais para entender a subjetividade. A autora argumenta que “localidade e especificidade são necessárias porque identidades são constituídas por condições sociais contextuais de interação em culturas específicas e em períodos

<sup>24</sup> MOI, 1999, p. 82.

<sup>25</sup> YOUNG, Iris. *On Female Body Experience – “Throwing like a Girl” and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 13.

históricos particulares.”<sup>26</sup> Assim, Alcoff critica a noção pós-estruturalista de Butler, que entende a materialidade do corpo como efeito do poder e sempre como pós-significação.

A retomada da fenomenologia em estudos feministas também parece servir para acomodar demandas de interseccionalidade ao reconhecer a importância do corpo na constituição do pensamento político feminista, de forma a não generalizar a experiência de todas as mulheres e reconhecer as particularidades e especificidades das experiências vividas. Afinal, um dos pontos de discussão (e divisão) mais sérios dentro do feminismo está diretamente relacionado à questão da teorização da subjetividade e do conceito de mulher, que em certo ponto passou a ser entendido como um conceito reducionista, que ignorava diferenças como raça e classe. Essas diferenças “não são simplesmente diferenças e divisões entre mulheres, mas também, igualmente importante, elas são diferenças e divisões internas das mulheres; ou seja, elas são produzidas como efeitos de diferenças e divisões dentro da subjetividade de cada mulher.”<sup>27</sup>

A incessante busca pelo sujeito do feminismo também é alvo de críticas de autoras como Nancy Fraser, que apontam a necessidade de se prestar atenção à teorização de níveis mais abrangentes de análise. Entretanto, outras autoras se questionam como definir o feminismo como luta política sem saber a quem o feminismo se dirige. Sem dúvida, nas últimas décadas, a análise da subjetividade dentro do feminismo se tornou bastante complexa e teve que endereçar críticas e demandas por maior interseccionalidade, desafio que ainda persiste nos dias atuais. Resta também como desafio a reformulação do conceito de gênero de forma a abarcar os níveis de análise mais abrangentes, como apontam Iris Young e Nancy Fraser, devido aos claros limites do conceito de “corpo vivido” para tanto.

Para Monique Deveaux, se teorias feministas buscam apreender a complexidade de subjetividades e suas diferentes relações com estruturas de poder, é necessário repensar a influência do trabalho pós-estruturalista de Michel Foucault que, para a autora, se torna problemática em dois pontos importantes: na questão da conceituação do sujeito, que apaga as especificidades presentes nas diversas relações da mulher com o poder; e na questão da teorização das relações de poder, pois não serve para descrever e articular processos de empoderamento. Assim, Deveaux critica autoras como Butler que, ao se apropriarem da visão de Foucault de que políticas baseadas em categorias de gênero ou orientação sexual tendem a reforçar noções dominantes de sexo e gênero, negam a possibilidade de coexistência entre políticas centradas em questões de gênero ou sexualidade e de estratégias de desconstrução de discursos dominantes de sexo e gênero, que de fato podem ser constatadas simultaneamente na

---

<sup>26</sup> ALCOFF, Linda. *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 9.

<sup>27</sup> LAURETIS, Teresa de. *Feminism and Its Differences*. In: *Pacific Coast Philology*, vol. 25, no. 1/2, pp. 24-30, nov., 1990, p. 25.

experiência ativista de diversos grupos. Igualmente importante também é a questão da percepção individual de condições de opressão e da possibilidade de agência e empoderamento, já que na teoria foucaultiana muitas formas de resistência podem passar despercebidas:

De fato, a análise do poder de Foucault nos impede de ver ou conceituar relações em que o objeto não é *nem de agir sobre* outro em uma relação de poder ou de *resistir* às tentativas de controle de conduta ou uma manifestação do poder local; é um modelo que parece inadequado para descrever os esforços de cooperação, destinados tanto à transformação política e empoderamento pessoal ou à conscientização<sup>28</sup>.

A palavra “empoderamento” é um neologismo derivado da língua inglesa, que “significa obtenção, alargamento, ou reforço de poder”<sup>29</sup> e tem sido utilizado em diversas áreas do conhecimento de maneiras bastante diferentes, o que levou a certa ambiguidade conceitual. Embora a tradição histórica do termo empoderamento seja antiga, novo destaque lhe foi dado a partir da sua ampla utilização por movimentos sociais a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, passando a denotar emancipação social. É importante destacar a origem do termo, pois, embora se considere que o processo de empoderamento pode se dar em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário), a carga cultural embutida no termo é a de um contexto norte-americano de forte valorização do individualismo<sup>30</sup>. Entretanto, a concepção de empoderamento de Paulo Freire, grande marco dentro desse debate, destaca o caráter coletivo desse processo, associando-o à ideia de classe social. Ou seja, na perspectiva freireana, o empoderamento é um processo necessariamente coletivo, social e não individualista “onde os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder.”<sup>31</sup>

Para que esse processo de empoderamento se concretize, certos recursos (financeiros, humanos, tecnológicos) devem ser obtidos ou desenvolvidos por um lado e, por outro, deve haver a possibilidade de diálogo através de processos democráticos que permitam a participação em processos de tomada de decisões<sup>32</sup>. Central para o empoderamento é a noção de conscientização, ou seja, a tomada de uma consciência crítica e, para Freire, a educação libertadora pode conduzir a isso, embora não seja suficiente para alterar a realidade em si, pois só

<sup>28</sup> DEVEAUX, Monique. Feminism and Empowerment: A Critical Reading of Foucault. In: *Feminist Studies*, vol. 20, no. 2, pp. 223-247, Summer, 1994, p. 242.

<sup>29</sup> BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. In: *Revista Debates*, vol. 6, no. 1, pp.173-187, jan.-abr. 2012, p. 174.

<sup>30</sup> ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. In: *Psicologia e Saber Social*, vol. 3, no. 1, pp. 83-95, out. 2014.

<sup>31</sup> BAQUERO, 2012, p. 181.

<sup>32</sup> SEN, Gita; GROWN, Caren. *Development, Crises, and Alternative Visions – Third World Women's Perspectives*. New York: Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), 1987.



a ação política pode causar transformação social<sup>33</sup>. A noção de conscientização freireana passa, portanto, por uma radical denúncia das estruturas de dominação e pelo “anúncio de uma nova realidade a ser criada em função dos interesses das classes sociais dominadas.”<sup>34</sup> Para as teorias feministas, essa noção freireana de empoderamento é particularmente importante:

No caso da opressão das mulheres, por exemplo, a libertação como ato social fica bem visível. As mulheres podem se libertar de alguns atos individuais cotidianos que as oprimem (e.g. marido que agride, ter espaço no mercado de trabalho, etc.). Todavia, elas só conseguirão transformar as relações injustas de gênero se juntarem suas forças<sup>35</sup>.

A autora feminista bell hooks<sup>36</sup> foi profundamente influenciada pelas ideias de Paulo Freire e buscou traduzir a concepção de “conscientização” do autor na sua própria prática educacional como consciência crítica e engajamento<sup>37</sup>, sendo considerada uma das principais autoras dentro do campo de pedagogia feminista. Seu trabalho também é entendido como uma alternativa ao paradigma foucaultiano dentro do feminismo, mais apropriado para teorizar agência e empoderamento<sup>38</sup>. Embora dê constante destaque para a importância da linguagem como espaço de luta, assim como autoras feministas pós-estruturalistas, hooks propõe uma política de localização (politics of location) que permite agência ao sujeito marginalizado. A “margem” é repensada como espaço de resistência, como uma posição a partir do movimento da margem para centro e centro para margem, se adquire uma perspectiva única sobre o todo.

A visão de mundo opositiva (oppositional world-view), que é desconhecida pelos opressores restritos ao centro e que serve para caracterizar a marginalidade, não apenas como condição de privação, mas também de possibilidades radicais<sup>39</sup>. Para Deveaux, portanto, o arsenal teórico desenvolvido por autoras feministas como bell hooks, dá destaque fundamental para o processo de mediação e interpretação do sujeito, frente a suas experiências na busca por se compreender o processo de empoderamento. Nesses termos:

A análise feminista do poder evitaria as omissões e problemas da compreensão de Foucault sobre o poder de quatro maneiras principais. Em primeiro lugar, ao conceituar os relacionamentos das mulheres com seus corpos tanto como um reflexo da construção social e de suas próprias respostas (e mediação) frente aos ideais culturais da feminilidade, evitaria-se as armadilhas de um paradigma estático de ‘corpos dóceis’ de subjetividade. Em segundo lugar, rejeitaria aspectos do modelo agonístico de Foucault de poder – incluindo sua afirmação de que todas as relações são permeadas por poder, e falsa dicotomia simplista entre poder e violência ou dominação – e endereçaria as inúmeras fontes de perda de

<sup>33</sup> FREIRE *apud* BAQUERO, 2012.

<sup>34</sup> ROSO; ROMANINI, 2014, p. 92.

<sup>35</sup> ROSO; ROMANINI, 2014, p. 89.

<sup>36</sup> Nome propositalmente escrito em letras minúsculas.

<sup>37</sup> hooks, bell. *Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge, 1994.

<sup>38</sup> DEVEAUX, 1994.

<sup>39</sup> hooks, bell. *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. Londres: Turnaround Press, 1989.



poder e de opressão vividas por mulheres. Em terceiro lugar, levaria a sério a questão do empoderamento das mulheres, as suas capacidades de autodeterminação e liberdade, e as condições em que estas florescem. E, em quarto lugar, uma análise feminista do poder contestaria tanto a visão de Foucault de que as identidades sexuais não devem constituir a base para as lutas de lésbicas e gays e as afirmações de feministas foucaultianas de terceira onda de que a categoria de 'mulheres' deve ser deslocada do centro da política feminista<sup>40</sup>.

Por fim, Jussara Reis Prá, buscando evidenciar a relação entre o desenvolvimento do conceito de empoderamento e a luta internacional pelos direitos das mulheres, explica que, para o feminismo:

[...] o empoderamento é associado à ideia de emancipação feminina, visto como pré-requisito para a obtenção da equidade entre os gêneros e como condição prévia da igualdade entre homens e mulheres. Tal noção começa a ser delineada pelo feminismo nas conferências mundiais sobre a mulher, até se tornar objeto central no debate institucional. Estabelece-se, assim, um dos patamares para definir políticas públicas de gênero e incluí-las como tema de Estado em agendas públicas de nível federal, estadual e municipal<sup>41</sup>.

Buscou-se aqui evidenciar os principais debates entre diferentes correntes teóricas feministas norte-americanas e europeias em torno dos conceitos de subjetividade(s), gênero, agência e empoderamento. Esses debates se mostram importantes, pois geram diferentes fundamentações para agendas políticas feministas.

## Referências

ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post-Structuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. In: *Signs*, vol. 13, no. 3, pp. 405-436, Spring, 1988.

\_\_\_\_\_. *Visible Identities: Race, Gender, and the Self*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual. In: *Revista Debates*, vol. 6, no. 1, pp.173-187, jan.-abr. 2012.

BUTLER, Judith. Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'. In: BENVHABIB, Seyla et al. *Feminist Contentions – A Philosophical Exchange*, pp. 35-58. New York: Routledge, 1995.

\_\_\_\_\_. *Gender Trouble – Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1999.

DEVEAUX, Monique. Feminism and Empowerment: A Critical Reading of Foucault. In: *Feminist Studies*, vol. 20, no. 2, pp. 223-247, Summer, 1994.

<sup>40</sup> DEVEAUX, 1994, p. 244.

<sup>41</sup> PRÁ, Jussara Reis. Políticas Públicas, Feminismos e Cidadania de Gênero. In: *IX Encontro da ABCP*, Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014. Disponível em: <[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749230\\_ARQUIVO\\_IXENC ONTRODAAABCP\\_Trabalho.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749230_ARQUIVO_IXENC ONTRODAAABCP_Trabalho.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2015, p. 8.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. In: *New Left Review*, vol. 212, pp. 68-93, jul.-ago. 1995.

\_\_\_\_\_. *Fortunes of Feminism – From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Londres: Verso, 2013.

HEINÄMAA, Sara. What is a Woman? Butler and Beauvoir on the Foundations of the Sexual Difference. In: *Hypatia*, vol. 12, no. 1, pp. 20-39, Winter, 1997.

hooks, bell. *Yearnings: Race, Gender and Cultural Politics*. Londres: Turnaround Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom*. New York: Routledge, 1994.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender – essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Feminism and Its Differences. In: *Pacific Coast Philology*, vol. 25, no. 1/2, pp. 24-30, nov., 1990.

MOI, Toril. *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas Públicas, Feminismos e Cidadania de Gênero. In: *IX Encontro da ABCP*, Brasília, DF, 04 a 07 de agosto de 2014. Disponível em: <[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749230\\_ARQUIVO\\_I\\_XENCONTRODAABCP\\_Trabalho.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403749230_ARQUIVO_I_XENCONTRODAABCP_Trabalho.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2015.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. In: *Psicologia e Saber Social*, vol. 3, no. 1, pp. 83-95, out. 2014.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: *The American Historical Review*, vol. 91, no. 5, pp. 1053-1075, dez. 1986.

SEN, Gita; GROWN, Caren. *Development, Crises, and Alternative Visions – Third World Women's Perspectives*. New York: Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), 1987.

YOUNG, Iris. *On Female Body Experience – “Throwing like a Girl” and Other Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2005.